
Controvérsias sobre Liberdade de Expressão e Iniciativas Governamentais de Combate a Fake News: O Caso do “Brasil Contra Fake”¹

José Ismar PETROLA²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Analisamos o site *Brasil contra Fake*, iniciativa de *fact-checking* do Governo Federal, no período de março a maio de 2023, bem como a cobertura jornalística sobre a iniciativa em veículos de referência, especializados e alternativos nesse mesmo período, observando como a questão da liberdade de expressão é trazida à tona nesse debate. Verificamos que, no site, predominam desmentidos de *fake news* contra o governo, refletindo a polarização ideológica contemporânea, com poucas explicações sobre metodologia e referências utilizadas. Os veículos de referência e especializados destacam estas fragilidades, especulando que um site de *fact-checking* ligado ao governo poderia levar à intimidação de adversários, ao passo que os alternativos destacam mais os aspectos positivos da plataforma no contexto do combate à desinformação.

PALAVRAS-CHAVE: *fake news*; *fact-checking*; liberdade de expressão; comunicação; educação midiática.

TEXTO DO TRABALHO

Introdução

Em março de 2023, o Governo Federal lançou uma plataforma online intitulada *Brasil contra Fake*, em que são apresentados esclarecimentos ou versões oficiais do governo sobre *fake news* em que é citado. Lançada no contexto de uma série de ações do governo Lula voltadas para o combate de *fake news*, a iniciativa suscitou intenso debate em veículos jornalísticos, contrapondo visões favoráveis e críticas à notícia, trazendo para o debate a questão da liberdade de expressão.

Neste artigo, pretendemos analisar a página *Brasil contra Fake* a partir dos conteúdos ali publicados no período de março a maio de 2023 bem como a cobertura jornalística sobre essa iniciativa *Brasil contra Fake* em veículos de referência,

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, e-mail: joseismarpetrola@gmail.com

especializados e alternativos nesse mesmo período, observando como o tema liberdade de expressão é trazido à tona nesse debate e quais as visões expressadas sobre esse conceito.

O termo *fake news*, inicialmente, era usado para se referir a paródias ou sátiras de notícias jornalísticas, bastante populares em programas humorísticos da TV norte-americana e depois em sites de humor (TANDOC, LIM E LING, 2017). Sua utilização no sentido de notícias falsas ou enganosas se tornou mais frequente com a discussão sobre sua utilização no contexto das campanhas eleitorais, como se observou na campanha presidencial dos EUA em 2016, em que o candidato Donald Trump costumava usar esse termo para depreciar matérias jornalísticas. As *fake news* tornaram-se alvo de intenso debate na mídia e objeto de estudo de numerosas pesquisas, com as especulações sobre o quanto elas teriam influenciado no resultado das eleições norte-americanas de 2016, em que Trump foi eleito presidente, e em diversos movimentos políticos ao redor do mundo, frequentemente associadas a ideários de extrema-direita que se colocavam como oposição a um sistema corrompido, do qual a imprensa tradicional seria representante.

No Brasil, o debate em torno das *fake news* e suas consequências para a democracia se intensifica a partir da campanha eleitoral de 2018, que contrapõem, como principais favoritos, Lula, então ex-presidente, associado a um posicionamento político mais à esquerda, e Jair Bolsonaro, que defendia um ideário nacionalista e conservador nos costumes. Bolsonaro cresceu rapidamente nas pesquisas e tornou-se favorito nas semanas que precederam o primeiro turno, mesmo após sofrer um atentado a faca no início de setembro de 2018 – incidente que foi alvo de inúmeras *fake news* e teorias conspiratórias disseminadas não só por seus apoiadores, que entendiam o atentado como uma conspiração da esquerda para matar Bolsonaro, mas também pelos apoiadores de Lula, que viam nesse atentado uma possível simulação.

Frequentemente, em seus discursos de campanha, Bolsonaro fez declarações duras contra a imprensa, procurando desqualificar o trabalho de jornalistas como a repórter da *Folha de S. Paulo* Patrícia Campos Mello após publicar reportagem sobre suspeitas de que a campanha de Bolsonaro teria financiado disparos em massa de *fake news* contra o candidato adversário. De fato, foi um período eleitoral marcado por intenso fluxo de *fake news*, levando à criação de iniciativas como as agências de *fact-checking* *Comprova* e *Aos Fatos*, que constataram grande circulação de *fake news* que reforçavam elementos do ideário apregoado por Bolsonaro em sua campanha.

Posteriormente, com a pandemia da Covid-19, que se iniciou em março de 2020, as *fake news* a respeito do vírus ganharam relevância como uma questão de saúde pública mundial, influenciando a adesão da população a medidas preventivas, tratamentos e vacinas. A circulação de *fake news* nesse período frequentemente se reveste de um discurso de desacreditização da ciência, com a presença de numerosas notícias falsas a respeito de tratamentos contra a Covid sem comprovação científica, como os medicamentos cloroquina, ivermectina e azitromicina, entre outros, e notícias que associam as vacinas a efeitos colaterais ou teorias conspiratórias. Novamente, a polarização política também está presente, sendo o discurso antivacina, contra medidas preventivas e a favor de tratamentos sem comprovação científica frequentemente associado a lideranças políticas de extrema-direita.

No entanto, apesar dessa forte relevância no cenário político brasileiro e internacional, a discussão sobre o conceito de *fake news* ainda não está encerrada. Como observam Wardle e Derakhshan (2017), o uso do termo *fake news* se torna impreciso ao não levar em consideração a complexidade das manifestações da desinformação que ocorrem na atualidade. Os autores propõem uma classificação com sete categorias. Com relação ao conteúdo, diferenciam o conteúdo enganoso, que contém informações que podem levar ao engano, do conteúdo fraudulento, que atribui falsamente afirmações ou atos a pessoas reais, e do conteúdo fabricado, que é totalmente falso e criado para causar dano a alguém. As outras categorias se referem ao contexto: a conexão falsa, que ocorre quando o título, chamada ou imagem não corresponde ao conteúdo da matéria, o contexto falso, que é o conteúdo genuíno apresentado com informação contextual falsa, e, por fim, conteúdo manipulado, que parte da distorção de informação ou imagem genuína. Nessa classificação, sátiras e paródias também podem ser entendidas como desinformação, na medida em que podem levar ao engano em determinados contextos.

Allcott e Gentzkow (2017), por sua vez, propõem uma definição de *fake news* que leva em consideração a intencionalidade, possibilidade de verificação e sua circulação em redes sociais. Assim, *fake news* seriam as notícias intencionalmente falsas, diferenciando-se do erro jornalístico, que pode ocorrer de forma não intencional e, quando identificado, costuma ser desmentido posteriormente pelo próprio veículo. *Fake news* falseiam acontecimentos específicos, de modo que sua falsidade pode ser comprovada, diferentemente das teorias conspiratórias, que partem de premissas muito amplas, vagas e difíceis de serem desmentidas. Ainda assim, *fake news* podem reforçar teorias

conspiratórias ou usá-las como premissa. Simulam notícias jornalísticas, replicando certos maneirismos de texto e de edição de imagem presentes no jornalismo em suas diversas mídias, e circulam em contextos que podem induzir os leitores ao erro – por exemplo, uma paródia pode se tornar *fake news* ao ser replicada num contexto que induz à sua leitura literal.

Ou seja, a falsidade das *fake news* também diz respeito ao seu contexto de circulação e recepção, e neste ponto é fundamental a sua circulação na internet, em redes sociais e aplicativos de transmissão de mensagens, que permitem sua replicação em grande escala, retransmissão, edição, recriação em contextos diferentes do original. Os algoritmos das principais redes sociais, hoje, também desempenham um papel importante na disseminação das *fake news*, pelo efeito de *filter bubble* (PARISER, 2012), na medida em que, para cada usuário de uma rede, ganham mais destaque conteúdos que, segundo o algoritmo, têm afinidade com seus interesses.

Esse funcionamento do algoritmo gera um efeito de retroalimentação, em que o usuário passa a ser exposto a cada vez mais conteúdos sobre um mesmo tema, e conteúdos mais chamativos, como opiniões políticas radicalizadas, estando menos exposto aos contrapontos. Bucci (2019) associa esse mecanismo do algoritmo, que favorece as *fake news*, a uma necessidade de monetização do olhar do consumidor, uma fabricação de valor a partir do olhar. Conteúdos que geram reações emocionais mais intensas, como as *fake news* políticas, são vantajosos para as redes nesse sentido, uma vez que mantêm o usuário mais tempo entretido e interagindo com as páginas, alimentando métricas sobre seu comportamento e interesses e permitindo mapear públicos-alvo potenciais para anúncios publicitários dirigidos.

Fake news e o poder

Eugenio Bucci (2019) observa que a relação com o poder também é um dos elementos que diferenciam o jornalismo das *fake news* – se o jornalismo questiona versões oficiais, as *fake news* podem ser usadas como forma de desqualificar versões que contradizem determinado discurso oficial ou partidário.

Bucci (2019) situa o problema da desinformação dentro de uma problemática maior de esfacelamento da verdade factual compartilhada, agravado, por um lado, pelo uso cada vez maior de ferramentas tecnológicas para produção de dados em grande escala, como se a informação produzida de forma automatizada prescindisse do juízo de valor (o

“apagão de real”) e, por outro lado, o que chama de “suicídio da consciência”, uma espécie de veto moral que impede que certos fatos sejam assumidos como fatos, na medida em que se contrapõem à ideologia de determinados grupos políticos.

Com isto, Bucci retoma e atualiza uma proposição de Arendt (1995), que, ao analisar as implicações filosóficas do falseamento de registros históricos promovidos por regimes totalitários, pontua que as instituições onde se produz o conhecimento dos fatos, como as universidades e a imprensa, devem ser protegidas do poder político, mantendo autonomia para a investigação. Arendt observa que o poder é inimigo da verdade factual: quanto mais se afasta da democracia, mais reprime os relatos sobre os acontecimentos. Exemplos extremos são observados no totalitarismo, como na União Soviética, em que o próprio registro da existência de certas pessoas tornadas indesejáveis era suprimido de documentos, fotos, jornais e livros. Porém, a autora observa que também em regimes democráticos há um falseamento da verdade factual, na medida em que verdades incômodas tendem a serem tratadas pelo poder como questões de opinião.

Uma consequência de manter instituições como a universidade e a imprensa separadas do domínio político é que uma instância destinada ao desmentido de boatos não poderia, por definição, ser vinculada a uma instância governamental sem garantia de autonomia para a checagem de fatos de forma independente, sob pena de que a ação de checagem seja desvirtuada ou confundida com uma forma de falseamento da verdade ou intimidação ao dissenso político.

Hipótese e construção da amostra

A partir das proposições elencadas acima, faz-se necessário questionar se o *Brasil contra Fake*, pensado no contexto de uma campanha contra *fake news*, presta-se ao propósito de ser mais uma ferramenta de educação midiática à disposição ou se poderia ser usado como uma forma de desqualificação de trabalhos jornalísticos desfavoráveis ao governo, num contexto de pós-censura e outras formas de intimidação à liberdade de expressão (COSTA E SOUSA JR, 2018).

Procurando responder a esta questão, clipamos textos publicados no *Brasil contra Fake* no período de março a maio de 2023, perfazendo um total de 94 matérias, procurando entender que tipo de *fake news* são desmentidas pelo site, quais os principais temas abordados, de que forma são apresentados os desmentidos, se há referência às fontes das informações e qual a metodologia utilizada.

Também procuramos identificar, ao mesmo tempo, como se deu a repercussão e o debate em veículos jornalísticos sobre a iniciativa *Brasil contra Fake*, a partir da clipagem de matérias jornalísticas publicadas a respeito do lançamento da iniciativa no mesmo período. Identificamos mais de 20 notícias numa amostra de 17 jornais impressos e sites jornalísticos, publicadas poucos dias após o lançamento do site *Brasil contra Fake*. A maioria desses veículos fez uma cobertura pontual, com notícias e eventualmente artigos publicados imediatamente após o lançamento da iniciativa. A amostra inclui, entre os veículos de referência, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, as agências de notícias *Agência Brasil* (pública) e *Deutsche Welle Brasil*, além de uma reportagem de TV na *TV Bandeirantes*, e matérias nos veículos regionais *Zero Hora*, de Porto Alegre, e *Gazeta do Povo*, de Curitiba.

O tema também foi abordado por sites que se dirigem a um público mais nichado, incluindo *Época Negócios*, *Poder 360*, *Diário do Poder*, *Revista Oeste* e *Observatório da Imprensa*. Este último também pode ser classificado como uma manifestação de jornalismo alternativo (JORGE FILHO, 2021), assim como outros sites que também repercutiram o assunto - *Revista Fórum*, *Brasil 247*, *Rede Brasil Atual* e *Jornal Voz Ativa*.

As notícias foram classificadas com relação ao gênero, temas abordados, angulação e fontes utilizadas. Em sua maioria, estes veículos publicaram uma ou duas notícias sobre a iniciativa, eventualmente reforçadas com artigos opinativos.

Reações ao *Brasil contra Fake* nos jornais

A *Folha de S. Paulo* publicou dois textos, sendo uma reportagem e uma nota em coluna de opinião. A nota saiu na coluna de Elio Gaspari em 1º de abril, logo após o lançamento, afirmando que o *Brasil contra Fake* “não explicou sua metodologia nem se obrigou a contestar mentiras com fatos” (GASPARI, 2023), em meio a ironias a respeito da linguagem rebuscada de alguns dos textos publicados no site.

A reportagem de Renata Galf, publicada na *Folha* em 3 de junho de 2023, afirma em seu título que ‘*Brasil contra fake*’ de Lula tem erros, inconsistências e falta de transparência, mostrando que os desmentidos publicados no site frequentemente omitem suas fontes e trazem informações incorretas. Uma das informações apontadas pelo jornal como incorreta é a de que o governo não impôs sigilos a dados sobre visitas ao palácio da Alvorada, sendo que há registros, no próprio portal do Governo Federal, de que pelo menos um pedido de acesso a esses dados havia sido negado no início do ano. A

reportagem também consultou pesquisadores no tema, como Ivan Paganotti, Januária Cristina Alves e Nara Pavão, destacando falas dessas fontes no sentido de que seria desejável haver mais transparência do *Brasil contra Fake* quanto ao embasamento dos desmentidos, citando mais referências.

O *Estado de S. Paulo*, em reportagem, destaca que, dias antes de anunciar o lançamento da iniciativa, Lula havia declarado, sem provas, que uma operação recente da Polícia Federal contra o PCC teria sido armação de Sérgio Moro. Também lembra que o conceito de desinformação não está previsto no ordenamento jurídico brasileiro e que o site não é claro com relação ao modelo de verificação e critérios para classificar o que seria desinformação, sugerindo que possa haver discricionariedade na escolha das notícias a serem desmentidas. São citados vários especialistas, com destaque para Rafael Cortez, que alerta para o perigo de demonização de adversários políticos do governo (GOVERNO LULA..., 2023).

O editorial d’*O Estado de S. Paulo*, por sua vez, é bastante incisivo na condenação da iniciativa, que considera “uma manifestação do velho cacoete autoritário dos governos lulopetistas” e “tentativa de desqualificar eventuais críticas ao governo formuladas por jornalistas profissionais ou por adversários políticos” (LULA E..., 2023). Na mesma linha de outros artigos, destaca as afirmações de Lula a respeito do adversário Sérgio Moro e questiona o uso de um canal oficial de governo para expressar um “monopólio absoluto da verdade”.

Observatório da Imprensa, voltado para um público especializado na área de comunicação, publicou um artigo opinativo, de Vitoria Peraca Ferreira, a título de contribuição eventual, destacando prós e contras da iniciativa. Embora elogie a campanha do Governo Federal contra *fake news*, em especial os vídeos de conscientização, faz ressalvas ao site, observando que a plataforma “não demonstra transparência na forma que é checada a informação e nem deixa claro a sua metodologia de trabalho no processo, diferenciando das agências mantidas pelo jornalismo profissional” (FERREIRA, 2023). A autora nota que o site apenas classifica as notícias como falsas ou não, diferentemente de outras agências de *fact-checking*, que utilizam diversas categorias para as nuances que podem se apresentar (conteúdos parcialmente falsos, descontextualizados, entre outros), apresentando apenas as notícias falsas e que se opõem ao governo.

Os veículos independentes – *Fórum*, *Brasil 247*, *Rede Brasil Atual* e *Jornal Voz Ativa* – foram os que menos se aprofundaram na cobertura e na discussão sobre o *Brasil*

contra Fake. A revista *Fórum* mencionou brevemente o lançamento do site, dentro de uma coluna de Marcelo Hailer que comenta algumas tendências de perfis do Twitter, analisando a repercussão, por perfis com viés político de direita, de *fake news* associando Lula à facção do crime organizado PCC (Primeiro Comando da Capital). O *Brasil 247* também publicou poucas linhas sobre a iniciativa, dentro de uma reportagem sobre os primeiros 100 dias do governo Lula, na qual destaca ações do presidente para se contrapor a legados negativos de Bolsonaro. O *Jornal Voz Ativa*, por sua vez, replicou parte do conteúdo publicado na *Agência Brasil*, que repercute releases do Governo Federal, noticiando o lançamento e exibindo o vídeo oficial sobre o site. A *Rede Brasil Atual* também publicou nota curta sobre o tema, dando alguns exemplos de desmentidos publicados no site, mas também sem consultar outras fontes além da própria Secom.

A *Revista Oeste*, portal de notícias com viés político mais à direita, destacou que o próprio Lula já teria sido punido mais de uma vez pelo Tribunal Superior Eleitoral pelo uso de *fake news* durante a campanha eleitoral de 2022, o que daria ao lançamento do *Brasil contra Fake* uma conotação de hipocrisia e perseguição política. São lembradas, na notícia, declarações controversas de Lula, como frases comparando Bolsonaro a Hitler ou afirmações hiperbólicas sobre indicadores sociais do Brasil. O site *Diário do Poder* também enfatizou a possível contradição entre uma iniciativa governamental para desmentidos de *fake news* e recentes declarações questionáveis do presidente:

“Com tema “Quem espalha *fake news* espalha destruição”, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lançou nesse sábado (25) a campanha “Brasil contra Fake”, contra desinformação sobre os fatos que afetam a vida dos brasileiros. Porém, mentiras ditas pelo próprio presidente seguem sendo tratadas como fatos reais, a exemplo de ter tratado como “golpe” o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016; e de dizer que a trama da facção PCC para matar o senador Sérgio Moro (União-PR) seria uma “armação” do próprio parlamentar.” (SOARES, 2023).

Os exemplos que relacionam o lançamento da plataforma às declarações de Lula denotam o uso do termo *fake news* numa acepção de uso corrente, como sinônimo de mentira, e não no sentido mais específico de notícias falsas que simulam ser verdadeiras na internet ou em redes sociais. Essa escolha semântica foi recorrente nos jornais analisados, em especial nos mais críticos a Lula.

A *Gazeta do Povo* descreve o objetivo do site como sendo “selecionar notícias com potencial desinformativo que possam prejudicar membros do governo, ou que

estejam relacionados a temas de interesse do Executivo, e contrapor com a versão "oficial" do governo”, destacando também que “não é a primeira iniciativa do governo Lula para determinar o que é ou não fake news” (CURVELLO, 2023). Ao passo que a gaúcha *Zero Hora* dá mais destaque à informação sobre o lançamento da plataforma.

Os desmentidos do *Brasil contra Fake*

Entre os principais temas dos conteúdos publicados no *Brasil contra Fake*, destacam-se desmentidos sobre a Amazônia, proteção ambiental, vacinas, saúde pública, benefícios sociais, educação, criminalidade e questões morais, o que sugere um contraponto a *fake news* possivelmente disseminadas por grupos conservadores contrários às propostas defendidas pelo governo Lula com relação a esses assuntos. São *fake news* que procuram vincular o governo Lula ao autoritarismo, cerceamento de liberdades individuais, privilégios para criminosos, imposição do comunismo e aproximação com ditaduras, repetindo temas abordados nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022.

Destacam-se *fake news* envolvendo questões da Amazônia, região que esteve em grande evidência no noticiário nacional no início de 2023 após matérias de jornais independentes, como *Samaúma*, e depois de veículos de referência como a *TV Globo*, denunciando que o desmonte de políticas públicas em governos anteriores criou condições para a expansão do garimpo em áreas de Roraima e, conseqüentemente, ao genocídio de indígenas Yanomami na região. Por exemplo, uma das *fake news* contestadas pelo *Brasil contra Fake* diz que os indígenas Yanomami desnutridos que apareceram em numerosas reportagens no início do ano seriam, na verdade, venezuelanos, sugerindo uma conspiração. Essa narrativa remete a certo ideário originado em parte na Doutrina de Segurança Nacional da ditadura militar de 1964-1985, e bastante difundido entre grupos de militares e de adeptos de ideologias conservadoras, que associa as pautas de defesa do meio ambiente e dos povos indígenas a uma suposta conspiração pela internacionalização da Amazônia, que seria cobiçada internacionalmente por sua localização estratégica, biodiversidade e riquezas minerais (LEIRNER, 2020).

Outras notícias falsas sobre a Amazônia sugerem que o Governo Federal teria ordenado o confisco de terras e cabeças de gado na região, além de decretar o fim da Zona Franca de Manaus. Há também um comunicado sobre a medição de taxas de desmatamento observadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2023, que não constitui desmentido a alguma *fake news* em especial, mas apresenta dados atualizados sobre

indicadores de desmatamento, respondendo a questionamentos que surgiram no início do ano, quando foram observados números bastante elevados.

Um dos temas mais recorrentes nas *fake news* contestadas pelo site são boatos sobre o fim de certos benefícios sociais, frequentemente associados a declarações falsamente atribuídas ao presidente Lula ou a seus ministros, em especial o ministro da Justiça, Flávio Dino. A região Nordeste, onde Lula teve um dos maiores percentuais de votos na eleição de 2022, é citada com frequência. No início de abril, por exemplo, foram desmentidas duas notícias falsas de que o governo federal teria ordenado o fechamento de comportas do canal de transposição do Rio São Francisco.

A pandemia da Covid-19 também é um tema comum nos desmentidos, com 11 matérias no período rebatendo *fake news* a respeito de vacinas – por exemplo, informações falsas de que vacinas contra Covid causariam infertilidade, mal de Alzheimer, miocardite e mal súbito, além de facilitar o desenvolvimento de novas variantes do coronavírus. Algumas dessas *fake news* sugerem que a imposição das vacinas faria parte de uma política de governo autoritária e hipócrita: há versões de que vacinas para Covid estariam sendo aplicadas como se fosse vacinas para influenza sem o consentimento dos vacinados, bem como *fake news* de que Lula, apesar de reforçar publicamente a importância da imunização contra Covid, não teria se vacinado. O tema da pandemia também serviu de gancho para um comunicado, de 31 de março de 2023, reiterando a importância das campanhas de vacinação promovidas pelo Ministério da Saúde. Não se trata de um desmentido a uma *fake news* específica, mas de um comunicado com informações oficiais a respeito de uma política pública.

Outra mostra do recorte ideológico presente na maioria das *fake news* desmentidas pelo site pode ser observada nos esclarecimentos sobre temas de costumes e de segurança pública. *Fake news* sobre perseguição religiosa ou envolvendo temas de costumes, como os direitos dos LGBTQIAP+, também são recorrentes nos desmentidos.

Assim, a maioria das *fake news* analisadas pelo site expressam uma visão alinhada com ideologias de direita ou de extrema-direita, situando-se no contexto da polarização ideológica observada no cenário eleitoral dos últimos anos. São notícias que associam o Governo Lula a uma degeneração de costumes, incentivo à violência, apoio a ditaduras, perseguição religiosa, hipocrisia, uso de discurso ambientalista com interesses escusos, entre outros. Há nelas a presença de elementos de certas teorias conspiratórias divulgadas por setores conservadores e militares desde a redemocratização, e que veem planos sub-

reptícios de dominação da sociedade brasileira pela esquerda em pautas como a liberalização de costumes, o respeito aos direitos humanos e à diversidade ou a defesa do meio ambiente (CASTRO ROCHA, 2021).

São minoria os desmentidos não diretamente relacionados a essa polarização. Quando ocorrem, costumam abordar temas ligados à saúde pública ou questões sanitárias, como boatos sobre falsificação de alimentos.

No período analisado, o *Brasil contra Fake* não fez nenhum desmentido de *fake news* que expressasse visões políticas de esquerda. Este é um ponto em que pode haver divergência com agências de checagem – nas campanhas eleitorais anteriores, por exemplo, agências como *Lupa* e *Aos Fatos*, apesar da predominância de *fake news* com viés de extrema-direita ou conservador, também fizeram frequentes desmentidos de *fake news* expressando outras visões políticas (PETROLA, 2018).

Além disso, alguns dos textos, principalmente os publicados em março de 2023, primeiro mês de existência do portal, não consistem de desmentidos de *fake news*, sendo na verdade posicionamentos oficiais, em linguagem jornalística, informando sobre temas como campanhas de vacinação, benefícios sociais, combate ao desmatamento, entre outras ações do Governo Federal.

O site não oferece maiores detalhamentos sobre a metodologia utilizada na ação de *fact-checking*. Na maioria das matérias analisadas, a fonte utilizada como referência para a checagem das informações é o próprio posicionamento oficial do governo, por vezes mencionando portarias, dispositivos legais ou outros documentos, mas sem fontes externas ao governo.

Conclusões

A partir da amostra de matérias jornalísticas analisada, observa-se uma recepção bastante crítica ao projeto nos veículos de referência e nos especializados, com um número considerável de pesquisadores citados como fontes, em geral destacando ressalvas. Veículos como *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, além de apontarem um possível indício de autoritarismo, apontam incoerências no discurso de Lula de combate às *fake news*, num momento em que o presidente fez declarações questionáveis.

Também relacionam a iniciativa ao contexto político em que o presidente Lula, após ter vencido as eleições por uma margem estreita e sofrido uma tentativa de golpe

logo nos primeiros dias de mandato, anunciou uma série de medidas para combater *fake news* e discurso de ódio. *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* destacam declarações polêmicas de Lula a respeito do ex-ministro e adversário político Sérgio Moro, sugerindo que também poderiam ser configuradas como *fake news*, o que poderia indicar uma contradição por parte do presidente. Essa contradição é ainda mais destacada nos veículos mais alinhados a vertentes ideológicas de direita, como *Gazeta do Povo* e *Revista Oeste*, que recapitulam diversas declarações controversas de Lula que poderiam ser entendidas como inverídicas se interpretadas de forma literal.

Nota-se a influência de certa linha de pensamento liberal que suspeita de qualquer tipo de interferência estatal, vendo-a como uma potencial ameaça à liberdade de expressão, numa “ladeira escorregadia” rumo ao autoritarismo (BARENDT, 2009). Textos como o editorial d’*O Estado de S. Paulo* reforçam o ideário de suspeição do governo para qualquer tipo de interferência na comunicação, como se a existência de uma plataforma para desmentido de *fake news*, por si só, já se tornasse um mecanismo de censura para calar vozes divergentes.

Nos sites de jornalismo alternativo, por outro lado, a cobertura destaca mais os aspectos positivos da proposta no combate à desinformação. Observa-se um alinhamento maior com o discurso governamental, com menor aprofundamento e sem contraposição de versões, o que pode se explicar, ao menos em parte, pelo apoio desses veículos ao governo federal e à ação proposta. A um primeiro olhar, pode parecer contraditória essa posição se consideramos as definições de jornalismo alternativo como um jornalismo mais independente com relação a corporações e governos ou um jornalismo com mais espaço para aprofundamento de pautas (JORGE FILHO, 2021, p. 52). Porém, há que se considerar, para além dos apoios políticos, a diferenciação entre arranjos alternativos e independentes, bem como os impasses trazidos pelas limitações financeiras, pressão pela produção de mais conteúdo e menos possibilidade de aprofundamento ou contraponto (FÍGARO, NONATO E KINOSHITA, 2017).

A partir das conceituações de jornalismo e *fake news* que estudamos, considera-se que a proposta do *Brasil contra Fake* traz um elemento de contradição, na medida em que uma agência de checagem de fatos mantida por um governo pode se tornar suspeita para conferir a veracidade de notícias que contradizem versões oficiais. Na amostra analisada, observa-se que o principal critério editorial para a escolha das *fake news* a serem desmentidas parece ser o de críticas ou contrapontos ao governo, sendo raros os

desmentidos não diretamente relacionados a ações governamentais. Assim, o papel de *fact-checking* pode se confundir, em algum grau, com o de divulgação de comunicados e pontos de vista oficiais. Não se observou, na amostra analisada, o uso do desmentido como contraponto a notícias jornalísticas referenciadas – na verdade, o site não indica referências dos conteúdos que são desmentidos. No entanto, algumas das reportagens jornalísticas analisadas, em especial a da *Folha de S. Paulo*, conseguem apontar, de forma referenciada, contradições entre informações apuradas pelo jornal e as versões oficiais publicadas no site (GALF, 2023).

Se, por um lado, há o risco de uma instância de checagem de fatos vinculada a um governo funcionar como mecanismo de censura ou falseamento da realidade, por outro lado, o argumento da “ladeira escorregadia” rumo ao autoritarismo traz outras armadilhas, ao desconsiderar que, em determinados contextos, como na circulação de notícias enganosas e discurso de ódio, deve-se levar em consideração as consequências da livre expressão (MONDAL, 2014). A influência das *fake news* em períodos eleitorais ou durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, mostra claramente o quão perigosas podem ser suas consequências.

Uma possibilidade de abordagem para confrontar o problema das *fake news* é a perspectiva voltada para a educação midiática, valorizando o papel das agências de checagem e envolvendo diversos atores da sociedade civil na construção dessas iniciativas, procurando estimular a recepção crítica por parte dos públicos. Um canal para esclarecer sobre ações governamentais, nos moldes do *Brasil contra Fake*, pode ser importante como ferramenta de transparência pública, mas não substitui o trabalho das agências de checagem independentes e não vinculadas a governos – antes os dois se complementam. Paganotti (2018) identifica outras frentes de atuação no combate às *fake news*: além das agências de checagem, como as agências vinculadas a iniciativas como a *International Fact-Checking Network* do Instituto Poynter, com desenvolvimento de metodologias transparentes de verificação de dados, há também o papel, cada vez mais ativo, das próprias redes sociais e outras plataformas para reduzir a propagação de notícias falsas e, por fim, o papel de iniciativas de educação, como cursos, oficinas, projetos, sites, entre outros, que incentivam o público a se questionar mais sobre as informações que encontra na internet. Por meio do incentivo à independência das agências de checagem, aliada às iniciativas de alfabetização midiática, é possível desenvolver soluções que permitam o contraponto a *fake news* sem que isto se confunda com a imposição de uma

posição oficial a respeito de fatos. Assim, propomos que, em vez de assumir para si a função de checagem, correndo o risco de incorrer numa forma de pós-censura (COSTA E SOUSA JR, 2018), o principal papel do poder público no combate à desinformação passa pelo fomento a essas diversas iniciativas, estimulando a leitura crítica e o respeito à diversidade de opiniões.

REFERÊNCIAS

ALLCOTT, Hunt e GENTZKOW, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, volume 31, n. 2, primavera 2017, p. 211-236. Disponível em: <https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.31.2.211>.

ARENDDT, Hannah. **Verdade e política**. Trad. Manuel Alberto. Lisboa: Relógio d'Água, 1995.

BARENDDT, Eric. **Freedom of speech**. 2nd. ed. Oxford: Oxford University, 2009.

BUCCI, Eugenio. Pós-fatos, pós-imprensa, pós-política: a democracia e a corrosão da verdade. In.: NOVAES, Adauto (org.). **Mutações: dissonâncias do progresso**. São Paulo: Edições Sesc, 2019, p.275-318.

CASTRO ROCHA, João Cezar de. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. Goiânia: Caminhos, 2021.

COSTA, Maria Cristina Castilho; SOUSA JÚNIOR, Walter de. Censura e pós-censura: uma síntese sobre as formas clássicas e atuais de controle da produção artística nacional. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 19-36, jan./jun. 2018.

CURVELLO, Ana Carolina. Lula anuncia lançamento de site de checagem de informações mantido pelo governo. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/lula-anuncia-lancamento-de-site-de-checagem-de-informacoes-mantido-pelo-governo/>>. Acesso em 23 jul. 2023.

FERREIRA, Vitória Peraca. Brasil contra Fake: erros e acertos do governo na campanha de combate à desinformação. **Observatório da Imprensa**. 11 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/desinformacao/brasil-contra-fake-erros-e-acertos-do-governo-na-campanha-de-combate-a-desinformacao/>>. Acesso em 29 jul. 2023.

FÍGARO, Roseli; NONATO, Cláudia; KINOSHITA, Jamir. Jornalistas em arranjos econômicos independentes de corporações de mídia: métodos e análises iniciais. **Texto apresentado ao 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Curitiba: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2017.

GALF, Renata. ‘Brasil contra fake’ de Lula tem erros, inconsistências e falta de transparência. **Folha de S. Paulo**, 03 jun. 2023. Disponível em: <‘Brasil contra fake’ de Lula tem erros, inconsistências e falta de transparência>. Acesso em 18 jul. 2023.

GASPARI, Elio. Campos Neto perdeu oportunidade de ficar em silêncio. **Folha de S. Paulo**, 01 abr. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2023/04/campos-neto-perdeu-oportunidade-de-ficar-em-silencio.shtml>>. Acesso em 15 jun. 2023.

GOVERNO LULA insiste em regular desinformação e lança ferramenta de checagem. **O Estado de S. Paulo**. 29 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/governo-lula-insiste-em-regular-desinformacao-e-lanca-ferramenta-de-checagem/>>. Acesso em 21 jul. 2023.

JORGE FILHO, José Ismar Petrola. **Da imprensa alternativa às redes sociais: uma análise comparativa entre notícias ficcionais no Pasquim e no Sensacionalista**. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

LEIRNER, Piero. **O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida: Militares, Operações Psicológicas e Política em uma Perspectiva Etnográfica**. São Paulo: Alameda, 2020.

LULA E seu portal da verdade. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/opiniao/lula-e-seu-portal-da-verdade/>>. Acesso em 19 jul. 2023.

MONDAL, Anshuman. **Islam and Controversy**. The Politics of Free Speech after Rushdie. New York: Palgrave McMillan, 2014.

PAGANOTTI, Ivan. “Notícias falsas”, problemas reais: propostas de intervenção contra noticiários fraudulentos. In.: COSTA, Maria Cristina e BLANCO, Patrícia (orgs.). **Liberdade de expressão e campanhas eleitorais – Brasil 2018**. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2019.

PETROLA, José. Fake news e a disputa entre grande imprensa e redes sociais na campanha eleitoral de 2018 no Brasil. In.: COSTA, Maria Cristina e BLANCO, Patrícia (orgs.). **Liberdade de expressão e campanhas eleitorais – Brasil 2018**. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2019.

PARISER, Eli. **The Filter Bubble: What Internet Is Hiding From You**. New York: Penguin Press, 2011.

SOARES, Davi. Lula lança Brasil contra Fake fingindo golpe em Dilma e armação do Moro. **Diário do Poder**. Disponível em: <<https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/csa-brasil/lula-lanca-brasil-contra-fake-fingindo-golpe-em-dilma-e-armacao-do-moro>>. Acesso em 23 jul. 2023.

TANDOC JR., Edson C.; LIM, Zheng Wei; LING; Richard: Defining “Fake News”. **Digital Journalism**, 2018. DOI: 10.1080/21670811.2017.1360143.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Council of Europe: Strasbourg, 2017.